

Democracias em xeque?

"Third world debt has grown to more than \$2.5 trillion and the cost of servicing it – over \$375 billion per year as of 2004 – is more than all third world spending on health and education, and twenty times what developing countries receive annually in foreign aid". John Perkins, *Confessions of an economic hit man* (New York: Plume, 2006).

Um instigante debate que se processa nos países mais desenvolvidos diz respeito aos seus respectivos sistemas democráticos de representação. Insatisfações crescentes demandam análises aprofundadas e respostas organizadas. Muitas reformas institucionais foram impulsionadas na esteira dos desdobramentos dessas discussões. A Suécia, por exemplo, vem realizando, desde a década de 1990, importantes reformas no seu sistema de tributação para enquadrar soluções para os complexos problemas manifestados nas questões ambientais, na previdência nacional e na competitividade global de sua economia.

A visão de que se precisa trabalhar com transparência e planejamento não é alvo de querelas nas sociedades mais desenvolvidas. Reconhece-se, no entanto, que os grandes interesses pesam no processo político. Nos EUA, o ambiente da equidade democrática descrito por Alexis de Tocqueville foi sendo progressivamente solapado pelo que hoje se convencionou chamar de *corporatocracy*. Democracia entre iguais, diga-se de passagem, visto que existia escravidão nas treze colônias. Além do mais, entre seus Pais Fundadores havia senhores de escravos. Para um aristocrata francês, um marquês, tratava-se de uma dinâmica nova de sociedade. A dinâmica da experimentação coletiva do associativismo liberal diferenciava-se da rigidez social do Velho Continente. Uma nova força surgiria e se difundiria pelo mundo. Os progressistas do Norte triunfariam sobre os escravistas do Sul na Guerra Civil e, posteriormente, o mercado interno norte-americano seria expandido. Não se admitiu um país dividido em dois sistemas. As lideranças assumiram seus respectivos papéis no processo.

O grande debate intelectual atual revisita a história e busca compreender o que vem se passando a partir da integração global dos diversos mercados. Um de seus consensos diz respeito ao fato de que a aristocracia das corporações norte-americanas (*corporatocracy*) ajudou a moldar o mundo após a Segunda Guerra. Nem mesmo as instituições do sistema Bretton Woods – FMI e Banco Mundial - escaparam aos seus tentáculos. As conseqüências seriam sentidas pelos países do Terceiro Mundo em termos de endividamentos crescentes e instabilidade sociopolítica. A competente crítica ao desenvolvimentismo concentrador de renda e copião dos padrões de consumo dos países centrais tem no intelectual Celso Furtado um ícone latino-americano. Dependência

econômica pela cultura da macaqueação, diria Roberto Schwarz.

Recentes operações da Polícia Federal brasileira, por sua vez, indicam a problemática justaposição de grandes interesses econômicos e política. Certamente se reconhece que a política nunca foi um espaço de santos. Desde os atenienses da Antiguidade clássica, as elites manifestam dificuldades em acreditar numa democracia plena. O sistema funcionava entre iguais, ou seja, democracia apenas para um quarto da população ateniense. A renda não era um fator decisivo para ser considerado cidadão. Com os adventos das revoluções Francesa e Industrial engendrou-se uma ruptura na visão de nação. Não poderia haver nação sem povo. O problema era saber o que se chamar de povo.

Ao longo do século XX, as massas organizadas ganharam espaços nos sistemas de decisão política. A social-democracia emergia dos escombros de duas guerras mundiais e o capital aceitava temporariamente ser regulado. O império do mal foi um grande aliado do capitalismo regulado. Com a implosão do bloco liderado pela URSS, a arrogância do capital se manifestaria de forma contundente. Novos arautos anunciaram o fim da história, pois o mundo havia chegado a um modelo superior de organização socioeconômica: o liberalismo econômico. O darwinismo social de Spencer seria revisitado e o tempo encarregar-se-ia de resolver problemas de natureza coletiva, como é o caso da pobreza. Contínuos e pesados sacrifícios passariam a ser solicitados.

A fórmula era simples. Democracia política é igual a liberalismo econômico, ou seja, basta abraçar o segundo para que o primeiro esteja garantido. Não se trata de um discurso novo. O Império Britânico o havia usado no passado para servir a seus próprios interesses. Sabe-se que essa formulação foi rechaçada pelos EUA de Alexander Hamilton e a Alemanha de Otto von Bismarck, duas potências então emergentes do século XIX. Ambas reconheciam que não foi pelo livre-comércio que o Império Britânico havia tomado os mares de assalto dos reinos ibéricos. Henry Morgan e Francis Drake, piratas do Império, cumpriram suas missões com eficiência.

Não cabe aqui o estabelecimento de um julgamento moral da história, o que seria certamente maniqueísta e ingênuo. Tampouco seria produtivo afirmar que a história só se repete como tragédia e farsa. Estatísticas do sistema ONU denunciam que as desigualdades socioeconômicas cresceram durante a década de 1990. O mundo não está convergido para a prosperidade coletiva e tampouco há sinais de que o sistema de mercado possa, por si só, nivelar elevados padrões de renda. Desigualdades também se manifestam nos países mais desenvolvidos, como é o caso dos EUA. Estaria a democracia na América sendo substituída por um império das corporações? O complexo jogo das nomeações de diretores das principais instâncias do sistema multilateral indica que existe de fato um entrelaçamento entre grandes interesses econômicos e a política norte-americana.

A questão central para o Brasil é reconhecer que existem em todos os países diversos tipos de entrelaçamentos entre interesses econômicos e política. Nenhuma novidade. O problema se manifesta nos acordos de bastidores, beneficiando uma minoria e socializando prejuízos, na ausência de prestação

de contas por parte dos agentes públicos e numa Justiça frágil perante o poder econômico. Um problema que se globalizou com a desregulamentação dos mercados financeiros.

O poder econômico concentrado nas mãos de poucos pode ser muito prejudicial à democracia. Se a democracia é a principal força social de progresso sustentado de um país, como percebeu Tocqueville, organizar de forma equitativa as relações de poder requer a expressiva participação da sociedade e a sua eterna vigilância. Trata-se de um processo evolucionário de contínuo aprendizado coletivo. Certamente um campo fértil para a experimentação democrática. Diversos caminhos podem ser trilhados. Para o longo prazo, o renascente personalismo hispano-americano dificilmente se viabilizará como modelo desejável de desenvolvimento democrático na América do Sul. Esse tipo de experimento já demonstrou seus limites no passado. Além do mais, se a excessiva concentração de poder é capaz de corromper o mais bem-intencionado dos comitês, deve-se dizer que com certeza o poder absoluto corrompe até os incorruptíveis. O melhor caminho é o do aprofundamento da democracia participativa pela via da formação da consciência crítica nacional, o que, por sua vez, depende da elevação do nível dos debates.

Rodrigo L. Medeiros

Doutor em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ